



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da Minoria

PROJETO DE LEI N. /2009
(Do Senhor André de Paula)

Altera a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, que “estabelece normas para as eleições”, para regular a liberdade de manifestação de pensamento antes da campanha e permitir a propaganda eleitoral e a arrecadação de recursos pela rede mundial de computadores (internet).

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º. Esta Lei altera a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, que “estabelece normas para as eleições”, para regular a pré-campanha eleitoral e a promoção, pela rede mundial de computadores (*internet*), da propaganda eleitoral e da arrecadação de recursos para a campanha eleitoral.

Art. 2º. Os artigos 23, § 4º, I, e 36 da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 23.

§ 4º

I – cheques cruzados e nominais, pagamentos com cartão de crédito e transferências eletrônicas e identificadas de depósitos, inclusive, e nesses 02 (dois) últimos casos, mediante operação iniciada pela página eletrônica integrante de sítio (*site*) da rede mundial de computadores (*internet*) mantido pelo candidato;

.....”



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da Minoria

“Art. 36. A propaganda eleitoral somente é permitida a partir do dia seguinte ao do término do prazo previsto para que os partidos políticos e as coligações partidárias requeiram o registro das candidaturas, ressalvado o disposto no artigo 36-A desta Lei.

Parágrafo único. No segundo semestre do ano da eleição, não será veiculada nenhuma propaganda partidária, gratuita ou paga.”

Art. 3º. Acrescentem-se, à Lei 9.504/1997, de 30 de setembro de 1997, os seguintes artigos 36-A, 36-B, 36-C e 58-A:

“Art. 36-A. Antes do término do prazo referido no artigo 36 desta Lei, os cidadãos e os partidos políticos podem expressar o intento de se candidatarem ou de apoiarem eventual candidatura, desde que, para divulgarem tais pensamentos, não empreguem bens ou serviços economicamente apreciáveis, materiais ou imateriais, salvo o emprego de:

I – páginas eletrônicas contidas em sítio (*site*) da rede mundial de computadores (*internet*) mantido por partido político ou por pessoa natural, desde que não se destine a fins profissionais ou empresariais;

II – mensagens eletrônicas que não contenham vídeos e transmitidas exclusivamente pela rede mundial de computadores (*internet*) e sem pagamento de tarifa específica pela transmissão;

III – serviços de telefonia, postais e similares, para contatos pessoais e diretos, e desde que não se evidencie a prévia ou concomitante prestação, terceirizada ou não, de serviços organizados de impressão gráfica, de difusão ou de transmissão simultânea de múltiplas mensagens, inclusive *telemarketing*;

IV – imóveis gratuitamente cedidos para a realização das reuniões referidas no § 3º deste artigo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da Minoria

§ 1º Não gozam da liberdade reconhecida pelo *caput* deste artigo, nem podem, a favor de seu exercício, disponibilizar bens ou serviços apreciáveis economicamente, materiais ou imateriais:

I – as empresas e as demais pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos;

II – os agentes públicos enquanto no exercício de mandato eletivo, cargo, função ou emprego público, ou a pretexto de tal exercício, e inclusive quando da prática de atos governamentais e administrativos ou de sua cobertura jornalística.

§ 2º A propaganda partidária no rádio e na televisão não pode ser empregada na expressão dos pensamentos referidos no *caput* deste artigo.

§ 3º Os cidadãos, filiados ou não a partidos políticos, e independentemente de autorização, podem se reunir em ambientes fechados para manifestarem e discutirem os pensamentos referidos no *caput* deste artigo e, ainda, divulgar tais encontros pelos meios previstos nos incisos I a III daquele mesmo dispositivo.

§ 4º Além de convenções, os partidos políticos podem organizar, em ambientes fechados, e para permitir a expressão ou discussão dos pensamentos referidos no *caput* deste artigo:

I – reuniões, inclusive sob a forma de encontros congressos, seminários;

II – prévias de convenções.

§ 5º Para expressar ou discutir os pensamentos referidos no *caput* deste artigo, ou para divulgar os eventos mencionados no § 4º deste artigo, os partidos políticos podem se comunicar com seus filiados, e estes entre si, por qualquer meio de comunicação que alcance somente esses últimos, além daqueles já referidos nos incisos I a III daquele primeiro dispositivo.

§ 6º Os partidos políticos podem custear as atividades de divulgação referidas no § 5º deste artigo e, ainda, obter,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da Minoria

onerosamente, a posse dos imóveis empregados na realização dos eventos mencionados no § 4º deste artigo.

§ 7º Os veículos de imprensa podem livremente informar as manifestações de pensamento referidas no *caput* deste artigo, assim como as reuniões e eventos a ela associados.

§ 8º Os cidadãos podem manifestar os pensamentos referidos no *caput* deste artigo quando da cobertura jornalística realizada por qualquer veículo de imprensa, inclusive em entrevistas ou debates inseridos na programação das emissoras de rádio ou de televisão.
(As disposições do §§ 7º a 10 estão agasalhadas pelos artigos 16-A e 20, § 3º da Resolução 22.718 do TSE).

§ 9º Na cobertura jornalística referida nos §§ 7º e 8º deste artigo, as emissoras de rádio e televisão devem assegurar tratamento isonômico àqueles que se encontrem em situação igual ou semelhante.

§ 10 É vedada a veiculação paga dos pensamentos referidos no *caput* deste artigo.

§ 11 A violação das disposições deste artigo sujeita seu autor e, quando comprovado o respectivo conhecimento e assentimento, também seu beneficiário, à multa de:

I – R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), graduada conforme a gravidade e a amplitude da irregularidade;

II – ou de valor equivalente ao custo da propaganda, se este exceder ao maior montante referido no inciso I deste parágrafo.

§ 12 Os atos de promoção pessoal abusivos, que não se justifiquem por legítimos fins extra-eleitorais, ou que não sejam a estes proporcionais, serão punidos com a aplicação da pena cominada no § 11 deste artigo, se extrapolados os meios de divulgação dos pensamentos referidos no *caput* deste artigo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da Minoria

“Art. 36-B. Sem prejuízo das penas restritivas de direito e pecuniárias cominadas em outros dispositivos legais, os abusos no exercício das liberdades de imprensa e as transgressões às regras legais que regulam a manifestação de pensamento, a promoção pessoal e a propaganda eleitoral, serão, se assim justificado por sua gravidade e amplitude, punidos com a cassação do eventual registro de candidatura ou diploma do beneficiário, observado o rito previsto no artigo 22 da Lei Complementar 64, de 18 de maio de 1990.”

“Art. 36-C. Os partidos políticos, as coligações partidárias e os candidatos podem veicular propaganda eleitoral mediante páginas eletrônicas integrantes de sítios (*sites*) da rede mundial de computadores (*internet*) por eles mantidos, ou por meio de mensagens eletrônicas.

§ 1º Os partidos políticos, as coligações partidárias e os candidatos devem:

I – nas próprias mensagens eletrônicas que enviarem, informar claramente aos destinatários que estes podem solicitar o cancelamento da expedição de futuras mensagens;

II – empregar mecanismos que assegurem, aos destinatários, o cancelamento, em 24 (vinte e quatro) horas, da expedição futura de mensagens eletrônicas àqueles que manifestarem o desejo de não mais recebê-las.

§ 2º Os cidadãos são livres para manifestarem suas opiniões eleitorais em mensagens eletrônicas e em páginas eletrônicas integrantes de sítios (*sites*) da rede mundial de computadores (*internet*) que não se destinem a fins empresariais ou profissionais.

§ 3º A imprensa eletrônica, assim entendida aquela que exerce atividade jornalística pela rede mundial de computadores (*internet*), rege-se, subsidiariamente, pelas mesmas regras que regulam a imprensa escrita.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da Minoria

§ 4º As pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, e as empresas não podem promover propaganda eleitoral pela rede mundial de computadores (*internet*), ainda que gratuitamente.

§ 5º É vedada a veiculação paga de propaganda eleitoral pela rede mundial de computadores (*internet*).

§ 6º O provedor do serviço de valor adicionado que possibilita o acesso à página eletrônica de sítio (*site*) da rede mundial de computadores que contém propaganda eleitoral irregular, assim que notificado pela Justiça Eleitoral, deverá adotar todas as providências técnicas que forem necessárias e suficientes para interromper tal acesso.

§ 7º A violação das disposições deste artigo sujeita seu autor e, quando comprovado o respectivo conhecimento e assentimento, também seu beneficiário, à multa de:

I – R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), graduada conforme a gravidade e a amplitude da irregularidade;

II – ou de valor equivalente ao custo da propaganda, se este exceder ao maior montante referido no inciso I deste parágrafo."

"Art. 58-A. A partir de escolha de candidato em convenção, é assegurado direito de resposta a partido político, coligação partidária ou candidato prejudicado, ainda que indiretamente, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica difundida pela rede mundial de computadores (*internet*), desde que proposta a representação no prazo de 72 (setenta e duas) horas contadas do término da difusão e observadas as disposições dos §§ 2º, 3º, I, e 4º a 8º do artigo 58 desta Lei, com as adaptações seguintes:

I – a representação será obrigatoriamente instruída com arquivo digital do texto, áudio ou vídeo supostamente ofensivo e com a resposta no mesmo formato;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da Minoria

II – o autor da suposta ofensa é obrigado a, no prazo da defesa, e sob as penas do artigo 347 do Código Eleitoral, informar e comprovar os dias e o tempo de duração da difusão, ou, no caso de suposta ofensa veiculada mediante mensagens eletrônicas, os respectivos destinatários;

III – a resposta será difundida pelos mesmos modos e tempo de duração da ofensa, observado o período mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, e, no caso de mensagem eletrônica, dirigida aos mesmos destinatários;

IV – o provedor do serviço de valor adicionado que possibilita o acesso à página eletrônica de sítio (*site*) da rede mundial de computadores que contém a ofensa, assim que notificado pela Justiça Eleitoral, deverá adotar todas as providências técnicas que forem necessárias e suficientes para interromper tal acesso e, se possível, informar os dados circunstanciais referidos no inciso II deste artigo e, em caso de omissão do ofensor, veicular a resposta à custa deste."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se às eleições que se realizarem 01 (um) anos depois.

JUSTIFICATIVA

Liberdade de manifestação de pensamento antes da campanha

Hoje, é proibida qualquer espécie de propaganda eleitoral até o dia 05 de julho do ano da eleição – inclusive a que configure mera liberdade de expressão ou manifestação do pensamento, ressalvada a propaganda intrapartidária durante os 15 (quinze) dias anteriores à convenção partidária de escolha dos candidatos, que deve se realizar entre os dias 10 e 30 de junho daquele mesmo ano.

Ora, tal ampla proibição ignora a realidade e desconhece o amplo, legítimo, natural e inevitável processo político de formação das candidaturas que se inicia muito antes do dia 05 de julho do ano da eleição, com a participação ativa não só dos quadros partidários, como, também, da própria opinião pública.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da Minoria

Ademais, a proibição de qualquer tipo de manifestação no período anterior a 05 de julho do ano da eleição fere, desmedidamente, a liberdade fundamental de expressão garantida pela Constituição Federal.

A única medida proporcional que compatibiliza a liberdade de expressão com a proteção da legitimidade e da normalidade da eleição contra o abuso de poder econômico é a proibição, antes do dia 05 de julho, apenas da manifestação que seja expressão de elevado poder econômico. Daí porque deve ser liberada não só a pessoal e direta manifestação do pensamento a respeito de eventuais e futuras candidaturas, como, também sua veiculação por meios de **custo acessível**, a exemplo da *internet*.

De outro lado, a presente proposta garante a **liberdade, atribuída à imprensa**, de informar a respeito de tais manifestações de pensamento anteriores a 05 de julho do ano da eleição, conforme reconhecido pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF – e do próprio Tribunal Superior Eleitoral – TSE, assegurado o **tratamento isonômico pelas emissoras de rádio e televisão**, que são objeto de delegação do Estado.

Por fim, e ao mesmo tempo em que visa a obter o reconhecimento de tal liberdade limitada ou proporcional de manifestação de pensamento, a presente proposta eleva o rigor contra o abuso de poder econômico consistente no período anterior a 05 de julho do ano da eleição e também na propaganda eleitoral irregular, inclusive sob a forma disfarçada de “mera” promoção pessoal, cominando a cassação do registro ou do diploma para tais ilícitos, quando graves e abrangentes.

Internet

O Tribunal Superior Eleitoral – TSE – entende que a legislação só permite propaganda eleitoral pela *internet* em páginas integrantes de sítios (*sites*) mantidos exclusivamente pelos candidatos.

Assim, e atualmente, os demais cidadãos, os partidos políticos e as coligações partidárias não podem veicular propaganda eleitoral pela *internet*, nem os candidatos podem enviar mensagens eletrônicas aos eleitores.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da Minoria

Ora, tal regramento mais do que ignora os fatos; afronta-os. Afinal, a *internet* é um ambiente livre, completamente avesso a qualquer excesso de regulação que pretenda suprimir, por completo, a liberdade de expressão.

De outro lado, a propaganda eleitoral só deve ser limitada se e na medida em que necessário para coibir o abuso de poder econômico, político ou de autoridade, ou para preservar outros valores de igual ou maior relevância, a exemplo da sadia convivência urbana. Assim, não há motivo para se proibir, quase que totalmente, a propaganda eleitoral pela *internet*, que é de custo acessível à totalidade das candidaturas minimamente significativas.

A presente proposta visa a liberar a propaganda eleitoral não só pelos candidatos, como também pelos partidos políticos e pelas coligações partidárias, inclusive mediante mensagens eletrônicas.

Para evitar o descontrole e o abuso de poder econômico, a presente proposta, se aprovada, **manterá a proibição**, hoje vigente, de veiculação, pela *internet*, de propaganda eleitoral paga ou, ainda que gratuitamente, promovida por pessoas jurídicas e empresas.

Partindo do pressuposto de que a *internet* é um ambiente livre, palco maior da liberdade de expressão, a presente proposta, se aprovada, também **reconhecerá que qualquer cidadão é livre para manifestar sua opinião eleitoral pela internet**. Mas, para evitar o abuso de poder econômico, **manterá a proibição** de se expressar tal opinião eleitoral em páginas integrantes de sítios (*sites*) destinados a fins empresariais ou profissionais.

Considerando que a **imprensa eletrônica**, assim entendida aquela que atua pela *internet*, não é objeto de concessão, permissão ou autorização do Estado, a presente proposta pretende **equipará-la**, expressamente, e para efeito do regramento eleitoral, à **imprensa escrita**, sem prejuízo da vedação de propaganda eleitoral paga.

A presente proposta também não deixa de cuidar da regulação do direito de resposta pela *internet* e de prever importante medida de proteção aos eleitores, qual seja: a possibilidade de cancelamento automático da continuidade de envio de mensagens eletrônicas a quem não deseja sequer recebê-las.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da Minoria

Por fim, a presente proposta almeja permitir a doação de recursos pecuniários pela *internet*, com a emissão automática do recibo eleitoral. Tal medida certamente deixará os candidatos menos dependentes dos grandes doadores eleitorais e, principalmente, incentivará grande massa de eleitores a se integrarem às campanhas eleitorais, fortalecendo a democracia.

Registre-se ainda que, em relação aos temas tratados na presente proposição, cuidou-se de incorporar ao texto, o conteúdo da construção jurisprudencial mais recente colmatada no âmbito da Justiça Eleitoral, bem como os regramentos das Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, que estão apropriados nos seguintes dispositivos: **1** – §§ 4º a 6º do art. 36-A (redação do art. 3º do projeto) estão parcialmente agasalhadas pela resposta do TSE à CTA 1.673/DF; **2** - §§ 7º a 10 do art. 36-A (redação do art. 3º do projeto) estão agasalhadas pelos artigos 16-A e 20, § 3º da Resolução 22.718 do TSE.

Por tais razões, espera-se a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009.

Deputado ANDRÉ DE PAULA

DEM-PE